

BRICS+ Sob o Olhar Decolonial

ISIS AQUINO

“Eles venceram e o sinal está fechado para nós, que somos jovens.” – Elis Regina

O presente texto propõe analisar o BRICS+ a partir da perspectiva decolonial. A pesquisa se dá através da leitura dos pontos-chaves de articulação dos BRICS e tem como objetivo analisar de que formas a decolonialidade dialoga com a política de governança global proposta pela cúpula até então. Posteriormente, os padrões e tendências observados serão usados como ferramenta para prospectar quais os possíveis desdobramentos da entrada de novos membros no bloco na decomposição dos sistemas de hierarquia globais.

Contextualização

Dentro de análises de conjuntura é possível optar por diferentes óticas de leitura de uma questão, que afetam a compreensão da cronologia evocada e as reflexões a serem levantadas. Dentro dessa premissa, o presente artigo se propõe a lançar sobre os debates que rondam os BRICS e suas recentes movimentações sob a ótica da decolonialidade. Ao instigar essa proposta, será possível perceber como os países em estudo se articulam a partir da posicionalidade do Sul Global e como a mesma está intrinsecamente ligada à existência do BRICS e, mais recentemente, do BRICS+.

A emergência desse bloco se dá em concomitância à própria ascensão econômica das nações que o compõem. No início do século XXI, Brasil, Rússia, Índia e China compunham 23,3% do PIB global e assinalaram a média de crescimento anual de 1,7%, que superou alguns Estados do G7 (Neill, 2001). Conforme buscam espaço no cenário internacional, os mesmos foram atravessados por um sistema de trocas e instituições construídas em torno de um esforço pela manutenção da divisão do trabalho internacionalmente (Zondi, 2009, p.74).

Esses elementos, que remontam a colonialidade, impelem os BRIC ao diálogo entre si e, dessa cooperação, a instituição emerge oficialmente em 2009. Na Conferência

de Ecaterimburgo (2009) é divulgada sua agenda de reivindicações iniciais que contempla:

1. O apoio ao protagonismo do G20, em detrimento do G8, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e de Instituições Financeiras Internacionais.

2. Reformas profundas no Fundo Monetário Internacional (FMI) e no Banco Internacional do Desenvolvimento (BID).

3. Impulsionar o acesso de países pobres a mercados, crédito, assistência financeira, ciência e tecnologia (ibid.).

O conceito de prosperidade comum e compartilhada globalmente é uma base central desse projeto inicial. Essa reivindicação atravessa a defesa do direito de desenvolvimento de cada país, e os desafios da implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) em sociedades do Sul Global (ibid.).

O bloco se lança como uma liderança da cooperação e representatividade do Sul Global, dentro de um espectro de prosperidade compartilhada e desenvolvimento coletivo. O plano estratégico apresentado em 2009 supera a prospecção meramente econômica apresentada por O'Neil, e propõe transformações nas estruturas de desenvolvimento vigentes (ibid, p.10). Em 2011, a África do Sul passa a integrar o conluio e consolida a composição do BRICS que esteve em vigor até 2023 (Jolivet, 2023).

BRICS: Uma Resposta à Colonialidade

A posicionalidade inicial dos BRICS remonta à reflexividade decolonial, que apresenta as contradições da globalização e como esses elementos são essenciais para a divisão desigual de poder e direitos ao redor do globo (Zondi, 2009). A construção do sistema de nações que vigora no século XXI é resultado da consciente articulação das nações europeias, e posteriormente dos Estados Unidos e outros agentes menos expoentes, para a construção da lógica de poder ocidental. Esse sistema é consolidado no pós II Guerra Mundial através da institucionalização das Nações Unidas e seus órgãos correlatos, e se baseia

na concepção da dualidade entre entes desenvolvidos e subdesenvolvidos (Mignolo, 2021, p. 2-8).

Convenientemente, a codificação das nações a partir da dualidade desenvolvimentista constrói um imaginário maniqueísta, pautado pelo sujeito bom vs. ruim e desejável vs. indesejável. Sobretudo, essa nova divisão sobrepõe a origem histórica que determina as posições sociais dos povos, onde existe um padrão de relações pautadas pelos colonizadores contra os colonizados (ibid).

Apesar de ser ilustrada como um processo espontâneo, a globalização é resultado de expansão capitalista. Marcadamente, essa expansão corresponde ao início da colonização, da invasão de terras para fins extrativistas, da escravidão, do enraizamento das raízes cristãs de gênero, das bases eurocêntricas de construção do conhecimento e da organização social. O mundo globalizado não é o resultado de uma sucessão de fatores, mas sim uma manipulação de todos os povos de acordo com o interesse das metrópoles colonizadoras (ibid.).

Na mesma medida, a inserção internacional das nações alvo dessas narrativas se dá necessariamente a partir das vivências subalternas. Quando realizam suas leituras do institucionalismo moderno, os BRICS são atravessados pelas perspectivas de dominação do norte, que é também o grande elemento constitutivo que possuem em comum. As propostas lançadas pelo bloco revisitam o decolonialismo ao propor alternativas e demandar transformações nas estruturas de concentração de recursos (Zondi, 2009, p.12).

À luz desses fatos, é possível então identificar na gênese do BRICS e em suas diretrizes iniciais um padrão de união que remonta a busca por resignificação das suas identidades (Mignolo, 2021, p.8). Esses Estados emergentes são atravessados pelo mesmo desafio de se inserir no cenário internacional dentro de um contexto marcado pela dominação liberal e pelos estamentos coloniais que, mesmo que em suas facetas modernas, ainda determinam as regras do jogo. Os mesmos reconhecem e denunciam esse status quo, lançando uma liderança decolonial para o século XXI (Zondi, 2009, p.13).

Dentro do conjunto de propostas, discursos e metas iniciais apresentados é possível perceber que existe um posicionamento crítico em relação à articulação imperialista no sistema global, e que existem elementos da decolonialidade sendo articulados para respondê-los. Esse

discurso é explícito e, sobretudo, intencional, permitindo ao Sul Global visualizar a construção de novos mundos, ou pelo menos a intencionalidade de grandes lideranças regionais em fazê-lo.

É significativo que exista essa manifestação, pelo alcance que discursos como esse têm no empoderamento dos países, mas também porque são propostas medidas práticas para a reorganização da dinâmica de desenvolvimento. De 2009 para cá, as múltiplas pautas apresentadas tomaram diferentes rumos e foram contrabalançadas pelas políticas de expansão de mercado desses países e, analisando essas dinâmicas, é possível perceber uma dualidade entre a discursividade decolonial do bloco e suas ferramentas de expansão de poder.

Relações Assimétricas na Cooperação Sul-Sul

Ao considerar a opressão colonial, é necessário levar em consideração suas múltiplas facetas. Nas vivências do sul, existem atravessamentos de raça, etnia, religiosidade, gênero, entre outros que criam um grande espectro interseccional e particular para cada nação (Quijano, 2005). Nesse sentido, é importante compreender que China, Índia, Rússia, Brasil e África do Sul conseguem, através da preponderância monetária e de suas características históricas particulares, obter maior acesso ao poder em comparação com outros territórios (Moyo, 79).

Apesar de lançarem mão de uma narrativa de resistência e criação de alternativas ao modelo imperialista, é possível observar tanto em suas estratégias de crescimento quanto nas abordagens de financiamento internacional que o BRICS não dispõem de uma metodologia decolonial na práxis, sobretudo no campo econômico (ibid, p.80-81).

No contexto posterior a sua criação, o BRICS busca parcerias e apoio em outros países periféricos a fim de consolidar-se e angariar legitimidade. Algumas linhas principais de atuação são lançadas nesse sentido, dentre as quais destacam-se as abordagens direcionadas aos países do continente africano. Os territórios do continente são estrategicamente interessantes em razão dos seus mercados e da arena política envolvida, que é um campo de apoio relevante na balança interestatal (Jolivet, 2023).

Através de fóruns e encontros na região, do apoio da África

do Sul, das instituições de financiamento internacional lançadas e do investimento direto das em projetos de interesse particular por parte de cada nação interessada, os 5 países se consolidaram como uma frente relevante de financiamento local. Os projetos de interesse são sobretudo em áreas de infraestrutura, desenvolvimento de capacidade produtiva, integração continental, manufatura e empresas de pequeno e médio porte (Moyo, p.82).

Essa nova dinâmica cria uma frente de competitividade com os fundos clássicos da Europa e América do Norte, iniciando um novo capítulo nas possibilidades de negociação para os consulados africanos. As taxas de juros mais coerentes e o perdão de dívidas vem sendo práticas marcantes na relação Sul-Sul em análise, e cabe destacar que, apesar de ser essencial considerar o interesse em se criar influência política no local, os empréstimos não vêm atrelados a pré-condicionamentos nos sistemas políticos (ibid.).

Com a consolidação do Novo Banco do Desenvolvimento (NBD) a dinâmica das economias em crescimento como financiadoras de pequenos mercados se consolida, atrelada a alguns padrões de comportamento predatórios. Apesar de oferecerem condições de crédito atrativas, com frequência os acordos são voltados ao extrativismo de recursos naturais e predispõem a instalação de empresas multinacionais dos BRICS para instrumentalizar a extração e comercialização. Ainda, muitas das obras de infraestrutura visam edificar espaços para escoamento e entrada de mercadorias. Esses mesmos mercados recebem os bens de consumo industrializados nas indústrias dos Estados do bloco, sobretudo chinesas (Moyo, p.85).

Tratam-se de abordagens que perpetuam a dependência econômica de países vulneráveis em relação a metrópoles mais preponderantes (ibid.). O princípio de não intervencionismo que pauta o NBD (Bertelsmann-Scott et al., 2016) e a cooperação dos BRICS também favorece o apoio a projetos econômicos que consolidam e instrumentalizam regimes de governo autoritários e genocidas. A falta de atenção a projetos voltados ao desenvolvimento social dos países destaca, por parte dos BRICS, uma faceta predatória e que desencadeia no longo prazo, a desindustrialização, desemprego, a falta de acesso a direitos humanos e, por conseguinte, condições de vida mais justas e igualitárias (Moyo, 2021, p. 95).

É possível verificar, portanto, uma dualidade na localização do BRICS dentro do escopo decolonial. É inevitável

reconhecer que o bloco lança uma forte liderança pelo avanço da equidade global, entretanto, suas práticas remontam aos padrões coloniais e neoliberais da globalização e não apresentam reflexividade em relação à construção prática de alternativas ao desenvolvimentismo, caracterizado pela dependência entre mercados e pela divisão internacional do trabalho.

Reverberações da Entrada de Novos Agentes no BRICS

Em agosto de 2023, no encontro da África do Sul, os BRICS anunciaram a expansão da sua comunidade, que a partir de 2024 passará a integrar 6 novos países convidados. Argentina, Arábia Saudita, Irã, Emirados Árabes, Egito e Etiópia adentram a iniciativa e, com seus contextos e interesses particulares, iniciam um novo capítulo para a instituição (Jolivet, 2023). Cabe reconhecer que esses ingressos edificam legitimidade institucional ao grupo, mas também acirra a necessidade de se consolidar um senso de propósito coletivo nessa interação (Pant, 2023).

É nítido, à primeira vista, a diversidade de contextos sociopolíticos desses Estados, bem como a existência de atritos bilaterais não alinhados entre eles. As expectativas em relação ao espaço de cooperação em questão variam regionalmente:

- Os países do Oriente Médio ingressam no bloco bastante interessados nas oportunidades financeiras relacionadas a essa aliança, vendo a integração como um investimento de curto prazo e baixo risco (ibid.).
- Os países africanos envolvidos se sentem atraídos pelas oportunidades de enriquecimento envolvidas, entretanto, a plataforma de projeção internacional de suas perspectivas e aquisição de poder de barganha no contexto global também são centrais (ibid.).
- A Argentina reflete, na sua relação com os BRICS, suas próprias oscilações internas. Com a eleição do presidente ultra liberal Javier Milei, a nação vem tomando uma narrativa de reaproximação com o Ocidente e, especialmente, ruptura com governos de esquerda e comunistas, especialmente a China. Em razão desses e outros aspectos, sob a nova direção, a Argentina declinou a oportunidade de vir a participar no BRICS (Plummer, 2023).

É possível perceber, nessa nova fase, a consolidação das abordagens que já vinham sendo efetuadas e que buscam privilegiar a funcionalidade da plataforma ao aspecto de desenvolvimento econômico. A ampliação do grupo está atrelada à demonstração de amadurecimento e robustez diante da comunidade internacional, na mesma medida, o fato dos países convidados manifestarem majoritariamente interesses financeiros espelha as concepções dos anfitriões para o futuro do projeto (Pant, 2023).

Outro fator que vem ganhando atenção nas análises é a desigualdade de condições materiais entre os atores internos, dentre as quais se destaca a China e seu lastro econômico. Regulamentarmente, os países possuem horizontalidade decisória e não há autoridades ou pressões centralizadoras dentro do BRICS. Contudo, em grande parte devido ao seu poder econômico, existe uma grande margem de influência chinesa nas decisões, dinâmicas e políticas do bloco. Em menor escala, isso se reverbera também nos outros Estados fundadores (ibid.).

A comunidade internacional também se encontra resabiada em relação a como funcionará a dinâmica de negociação em uma comunidade com tantas diferenças bilaterais entre os membros. Do ponto de vista do globalismo decolonial, essa experiência tem potencial para ser um laboratório na construção de dinâmicas de relacionamento internacionais mais alinhados com a realidade e os desafios dos agentes do Sul Global (Triocci, 2024).

Conclusão

A partir dos elementos apresentados é possível compreender e prospectar alguns aspectos centrais sobre a representatividade dos BRICS na promoção da decolonialidade.

A comunidade se propõe a algumas propostas de reforma consistentes nos fóruns clássicos de Bretton Woods e de fato consolida fontes de financiamento alternativas para o Sul Global, entretanto, esses pactos não dispõem dos elementos necessários para projetos que sejam capazes de promover justiça global e qualidade de vida sustentável para as populações envolvidas.

Com o passar dos anos, os valores equitativos apresentados pela carta inicial em 2009 vem se diluindo em detrimento do uso da plataforma para garantir os interesses das economias da China, Rússia, Índia, Brasil e África do Sul. O bloco de fato promove a cooperação sul-sul, mas reproduz dinâmicas sub-imperialistas e que reforçam a desigualdade social.

Instituições internacionais são o reflexo das dinâmicas de poder de um período, e da mesma maneira suas oscilações e transformações são indicativos de oscilações nas dinâmicas operantes. A partir do pressuposto de que a ascensão dos BRICS são parte de um processo desse gênero, é possível perceber a ascensão de uma ordem multipolar. A expansão do bloco para novos membros também consolida esse movimento, contudo, a escolha dos mesmos baseada em mercados alinhados ao projeto de competitividade comercial com o ocidente destacam que a crítica ao capitalismo por parte dos BRICS é estritamente reformista, não podendo ser atrelada a efetivas medidas por igualdade de renda ou justiça global.

Por último, é essencial compreender que não é possível movimentar qualquer inserção ou transformação global a partir do Sul Global sem que a decolonialidade atravesse seus agentes. É fulcral compreender que existe, na concepção atual do bloco, bases de transformação da hierarquia global e que esse é um ponto essencial para ser possível pautar um debate sobre transformação da hierarquia social. Não é sustentável, entretanto, que esse processo seja feito às custas da perpetuação de dinâmicas coloniais a partir de novas nações. Os BRICS são uma alternativa consolidada à organização política ocidental, e o novo capítulo iniciado ao extrapolar sua composição inicial consolidarem o BRICS+ remonta o esforço decolonial pela construção de espaços de cooperação plurais e que pautam a justiça social. Entretanto, tão importante quanto pautar esse assunto é fazer dele um objetivo e caminhar, ou criar caminhos, nessa direção.

Referências

BERTELSMANN-SCOTT, T. et al. The New Development Bank: Moving The Brics From An Acronym To An Institution. SAILA, Occasional Paper, n.233, 2016.

JOLIVET, T. A Promising Model of Cooperation: Why BRICS Plus, as a new model of international cooperation, is suitable for a multipolar era. *ChinAfrica*, Vol.15, 2023. Disponível em: http://www.chinafrica.cn/Homepage/202308/t20230810_800339174.html. Acesso em 10 de nov de 2023.

MOYO, G. BRICS Rising Together With Africa. In: African Agency, Finance and Developmental States. Bulawayo: Palgrave Macmillan. 2021. p. 81-101 doi:10.1007/978-3-030-72412-2

MIGNOLO, W.. Coloniality and globalization: a decolonial take. *Globalizations*, v.18, n.5, p.720-737, 2021. DOI: 10.1080/14747731.2020.1842094

O'NEILL, J. Building Better Global Economic BRICs. *Global Economics Paper*, n. 66, p.1-16, 2001.

PANT. V. Introduction. In: From BRICS to BRICS Plus: Old Partners and New Stakeholders. Observer Research Foundation. 2023. p.2-5.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, Anibal. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

PLUMMER, R. Argentina Pulls Out of Plan to join BRICS Bloc. *BBC News*, New York, 29 dez 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-latin-america-67842992>. Acesso em: 15 abr 2023.

SESHASAYEE, H. BRICS+: More Than Just an Alphabet Soup? In: PANT. V. From BRICS to BRICS Plus: Old Partners and New Stakeholders. Observer Research Foundation. 2023. p.13-16.

TRIOCCI, E. What about the BRICS? examining power politics in a changing world order. *Journal of Economic Politics*. p.1-21, 2024. 10.1080/2158379X.2024.2341018

ZONDI, S. The BRICS and the Transformation of Global Governance: A Decolonial Perspective. *Africa Insight*, v. 48, n.4, p.1-14, 2019.